



CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL
CNPJ 35.834.967/0001-53 INSC.MUN. 1221493-6

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA
TÉCNICA**

Processo SEI-260005/000037/2021

Ref.: Concorrência Pública Nº 002/2021

FAETEC	
PROTOCOLO CENTRAL	
Entrada:	10/08/2021
Hora:	16:20
Rubrica:	

Nilton C. Pereira Veras
Gerente de Área
ID 3211918-6
FAETEC

CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, inscrita no CNPJ sob o nº 35.834.967/0001-53, por meio de seu procurador, devidamente credenciado nos autos do presente procedimento licitatório (SEI-260005/000037/2021), requer **a suspensão da licitação para a sanção de vícios no edital que comprometem todas as propostas, e**, após isto, requer, com fulcro no item 16.4 do Edital da Concorrência Pública nº 002/2021, também, **a publicação no DOERJ para que os licitantes habilitados sejam intimados da abertura do prazo para apresentação de recursos**, considerando a Ata do dia 12/07 da Comissão de Licitação da CP nº 002/2021.

Em primeiro lugar, a licitação deve ser suspensa porque existe **omissão editalícia acerca das regras de apresentação do BDI**.

Como cediço, a etapa de formação de preço é primordial no planejamento e gestão dos contratos administrativos, formados basicamente pelo custo direto dos serviços e bens somados ao valor do BDI. A omissão do edital (indexador 15444908 do SEI-260005/000037/2021) quanto à formulação do BDI pelos licitantes eleva o risco de questionamentos por órgãos de controle externo, bem como superfaturamentos e propostas inexequíveis.

Com efeito, o preço de licitação, utilizados em contratações públicas regidas pela lei 8.666/93 impõe à Administração licitadora detalhar todo o orçamento (art. 6º, inciso IX, alínea 'f', e art. 7º, § 2º, inciso II), tanto o custo direto quanto à formação do BDI.

Rua Senador Dantas nº07 – 10º andar/Parte – Centro - Rio de Janeiro- RJ - CEP: 20031-212
Tel.: (21) 2220-3295 / 2220-6653 E-mail: coneeng@coneeng.com





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

Tal exigência tem importância para que as propostas sejam tratadas de forma igualitária, evita a ocorrência de interpretações diversas do orçamento e a adequação aos preços praticados pelo mercado.

Impende objetivar que **o edital foi absolutamente omissos quanto aos critérios de aceitabilidade dos preços** (art. 40, inciso X, da Lei federal nº 8.666/1993), sendo que o item 14 versa apenas sobre a gestão contratual, não sobre a *gestão licitatória*.

A omissão não será sanada com a mera observância ao art. 2º, VI, do Decreto federal nº 7.983/2013, na ausência de regra específica no âmbito da legislação fluminense acerca do preço global de referência em serviços de engenharia – gênero do qual a manutenção predial é espécie. O referido dispositivo do regulamento federal dispõe que o preço terá a seguinte fórmula matemática: $PV = CD(1 + \%BDI)$, donde PV = Preço de venda; CD = Custos Diretos.

Impende salientar que **o edital não seguiu, rigorosamente, quanto ao aspecto dos parâmetros do BDI, a minuta-padrão para editais de obras**¹, sendo certo que aquela minuta-padrão vale também para serviços de engenharia².

Com efeito, não consta do edital os seguintes elementos obrigatórios relacionados na minuta-padrão aplicável à espécie:

10.2.3.1 – A Composição Analítica do BDI deverá ser apresentada conforme modelos (Anexo __), discriminando todos os custos indiretos e lucros (ou benefícios).
(item alterado pela Resolução PGE nº 4.083, de 06.06.2017). (VER NOTA 29)

¹ Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/entendimentos/minutas-padrao/01-editais-modalidades-comuns>. Acesso em 09/08/2021.

² Considerado que a nota explicativa nº 1 (página 35) da MINUTA PADRÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS anota que “Esta minuta não se aplica aos serviços de engenharia”





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

10.2.3.2 - O BDI máximo admitido nesta licitação é de ____% para a planilha orçamentária elaborada com base no regime de contribuição previdenciária patronal estabelecido na Lei Federal nº 8.212/1991, e de ____% para a planilha orçamentária elaborada com base no regime de contribuição previdenciária conformado pela Lei Federal nº 12.546/2011, com redação dada pela Lei Federal nº 13.161/2015, devendo cada licitante preencher a sua planilha Composição Analítica do BDI de acordo com o regime contributivo eleito.
(item alterado pela Resolução PGE n.º 4.083, de 06.06.2017). (VER NOTAS 14.1, 14.2 e 29).

Impende anotar que, embora o Anexo XV do edital refira-se à possibilidade de eleição do regime de contribuição previdenciária patronal, não houve a fixação de tetos de BDI para cada um dos dois regimes possíveis. Dois tetos distintos deveriam ser fixados no edital, exatamente porque a fixação de BDI acima do teto é motivo para a desclassificação do licitante, como impõe o subitem 11.17 dispositivo da minuta-padrão:

f) apresentar BDI acima do percentual de ____% para a planilha orçamentária elaborada com base no regime de contribuição previdenciária patronal estabelecido na Lei Federal nº 8.212/1991, e de ____% para a planilha orçamentária elaborada com base no regime de contribuição previdenciária conformado pela Lei Federal nº 12.546/2011, com redação dada pela Lei Federal nº 13.161/2015, conforme fixado na cláusula 10.2.3.2).
(alínea acrescentada pela Resolução PGE n.º 2.664 de 18.08.09 e alterada pela Resolução PGE n.º 4.083, de 06.06.2017).

Isto quer dizer que o edital deveria dispor de duas composições analíticas do BDI diversas para cada regime de contribuição previdenciária eleito pelo licitante. No entanto, apenas uma única via foi posta à disposição dos licitantes (com desoneração). Esta omissão fere o item 20.9 da minuta-padrão:

20.9 São os seguintes os anexos deste Edital, que dele fazem parte integrante:
[...]





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

5 Composições Analíticas do BDI: 5.1 Composição Analítica do BDI referente ao regime de contribuição previdenciária patronal incidente sobre a folha de pagamento (estabelecido na Lei Federal nº 8.212/1991), e, 5.2 Composição Analítica do BDI referente ao regime de contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta (conformado pela Lei Federal nº 12.546/2011, com redação dada pela Lei Federal nº 13.161/2015 (item acrescentada pela Resolução PGE n.º 2.664 de 18.08.09 e alterado pela Resolução PGE n.º 4.083, de 06.06.2017).

Ocorre que tal lapso não foi objeto de consideração nas análises da ASJUR/FAETEC e da ASJUR/SECTI por se tratar de aspectos técnicos não-jurídicos³.

Vale apontar que esta necessária alteração no edital não torna irrito todo o procedimento licitatório. Isto porque existe a possibilidade de saneamento da licitação, não sendo necessária a revogação de todo o procedimento licitatório porque a alteração necessária não fere o princípio da competitividade. Trata-se de disciplinar a modulação de seus efeitos, definindo-se as condições para a regularização do edital de forma proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses da FAETEC e dos licitantes, conforme previsto no art. 21 da Lei nº 4.657/1942, incluído pela Lei 13.655/2018, e no art. 4º e parágrafos do Decreto federal nº 9.830/2019.

Ocorre que, como as propostas dos licitantes habilitados já foram abertas, sugere-se que a Comissão de Licitação determine, nesta adequação do edital, determine aos licitantes a reformulação das propostas.

Se dúvida houver a Comissão de Licitação, o presente processo pode ser remetido para a Equipe de Compras Centralizadas da SEPLAG (unidade com competência para a operacionalização dos processos licitatórios previstos no âmbito do Órgão Central do Sistema Logístico).

³ “Inicialmente, registre-se que ao órgão de assessoramento jurídico compete o exame do processo sob o prisma estritamente formal, com base nos elementos que constam do processo, cujos atos gozam de presunção de legitimidade e veracidade, não lhe competindo adentrar na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito do ente,





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

Neste aspecto, anote-se que o “Órgão Central do Sistema Logístico” está estabelecido no Decreto Estadual nº 42.092/2009, que institui o SISLOG. O recente Decreto nº 47.525, de 17 de março de 2021, determina o seguinte:

Art. 7º - A intenção, por parte dos órgãos e entidades submetidos ao disposto neste Decreto, de realizar processo de contratação em desacordo com os modelos de compras estabelecidos deverá ser motivada e comunicada ao Órgão Central do Sistema Logístico.

§ 1º - A anuência do Órgão Central do Sistema Logístico é obrigatória para a concretização dos processos de contratação descritos no caput.

§ 2º - A comunicação, citada no caput deste artigo, deverá ser realizada através de ofício enviado pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI-RJ, no mesmo processo da contratação.

O referido Decreto estadual nº 47.525/2021 instituiu a Política Estadual da Gestão Estratégica de Suprimentos – GES e a Política Estadual de Compras Centralizadas (art. 1º). Dentre os “considerandos” do decreto, consta “[a] necessidade de desenvolver competências para contratações públicas eficientes, de reduzir os gastos operacionais com processos de contratação e asseverar a premência dos princípios da isonomia e publicidade”.

Tal decreto estabelece ainda o seguinte: “Art. 6º - Nas suas contratações, os órgãos e entidades deverão seguir as recomendações do *modelo de compras* já instituído para a *categoria estratégica* do objeto a ser contratado.” Por sua vez:

Art. 2º - Para os fins deste Decreto, consideram-se:

I - Modelo de Compras: conjunto de recomendações que reflete as melhores práticas para a contratação dos itens da categoria estratégica;

II - Categoria Estratégica: conjunto de itens delimitado a partir de critérios técnicos e da análise dos perfis de consumo dos órgãos e entidades da Administração Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, sobre o qual serão aplicadas as políticas e diretrizes⁴ da GES;

tampouco examinar aspectos de natureza eminentemente técnico administrativa, conforme dispõe o inciso I, do parágrafo único, do art. 31 do Decreto Estadual nº 46.642/2019.” (index 14545886)

⁴ Art. 4º - São objetivos da GES:





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

Obviamente, o conjunto de dispositivos colacionados denota que a ausência de manifestação da *Equipe de Compras Centralizadas*⁵ acerca da necessária alteração do edital não implica, por si só, em nulidade da licitação.

Além disso, a centralização da fase preparatória da contratação de determinados bens e serviços (denominados *categorias estratégicas*) no órgão central do sistema logístico tem, na motivação do decreto, “o incentivo à obtenção do melhor preço, definido como a conjugação do menor preço com padrão de qualidade do objeto” e “a necessidade de promover as melhores práticas de contratação”.

Eis o desiderato das contratações centralizadas:

Art. 12 - São objetivos das Compras Centralizadas:

- I – Centralizar a realização dos processos licitatórios em conformidade com o estabelecido pelo inciso III do artigo 2º deste Decreto; e
- II – Promover todos os procedimentos necessários para a efetivação das contratações dos objetos que integram as categorias estratégicas, conforme previsto no artigo 10 deste Decreto.

Este dispositivo deve ser lido com estes:

Art. 2º - Para os fins deste Decreto, consideram-se:

[...]

III - Compra Centralizada: processo conduzido, preferencialmente, pelo Órgão Central do Sistema Logístico para contratação de objeto da categoria

[...]

II – centralizar as contratações, sempre que for razoável, visando à obtenção de ganhos de escala e a eliminação de processos redundantes;

III – incentivar a cooperação, envolvendo os órgãos e entidades da Administração Direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

⁵ Art. 2º - Para os fins deste Decreto, consideram-se:

[...]

IV – Equipe de Compras Centralizadas: equipe responsável pela operacionalização dos processos licitatórios previstos no âmbito do Órgão Central do Sistema Logístico.





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

estratégica, com possibilidades de redução de custos de transação, ou aumento do poder de barganha do governo em relação ao mercado, visando ao atendimento da demanda dos órgãos e entidades interessados;

Art. 10 - São Categorias Estratégicas da Política Estadual de Gestão Estratégica de Suprimentos – GES, as seguintes contratações:

- I – Passagens Aéreas;
- II – Combustíveis Automotivos;
- III – Limpeza em Prédios Administrativos;
- IV – Materiais de Escritório;
- V – Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;
- VI – Serviços de Vigilância;
- VII – Serviços de Transporte de Passageiros sob Demanda,
- VIII – Locação de Veículos;
- IX - Serviços de Manutenção; e
- X – Suprimentos hospitalares.

Impende salientar que os serviços de manutenção a que se refere o inciso IX do art. 10 engloba, também, serviços de manutenção predial⁶.

Vale ainda mencionar a criação da *Central de Compras* do ERJ pelo Decreto estadual nº 47.285/2020, editado no bojo do SEI-150001/005291/2020. Já transcorreu o período de *vacatio* dado pelo Decreto estadual nº 47.281/2020.

⁶ Tal compreensão advém de duas razões.

Em primeiro lugar, vale notar que o Parecer (index 12032020 do SEI-120001/015565/2020), que se debruçou sobre a penúltima versão da minuta do decreto, lembra que “[o] art. 10 da minuta incorporou o que dispunha a Resolução SECCG nº 17/2019, que instituiu as categorias estratégicas da GES, com pontuais alterações”, e, por sua vez, o correspondente inciso IX da Resolução SECCG nº 17/2019 falava apenas em “Serviços de Manutenção de Veículos”, ao passo que o atual decreto fala, mais abertamente, em “Serviços de Manutenção”.

Em segundo lugar, vale a transcrição da manifestação da Subsecretaria de Logística da SEPLAG (index 12431597 no SEI-120001/015565/2020) acerca da última versão da minuta do decreto em voga:

“Cabe ainda salientar que o estabelecimento das categorias priorizadas pela GES deve refletir a adoção das melhores práticas de contratação a serem obtidas com as economias e melhorias de gestão, passíveis de padronização e de uso em comum pelos órgãos e entidades do Poder Executivo. Além do mais, a opção pelas categorias estratégicas definidas levam em consideração vários cenários que variam com o tempo.

Diante do exposto acima, [...] o inciso IX abrange os mais diversos serviços de manutenção (predial, frota, elevadores, etc)”.





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

Neste aspecto, importante analisar o Decreto estadual nº 47.285, de 17 de setembro de 2020, que estabeleceu “as diretrizes para a criação da Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro, na estrutura da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG”.

Pela sua importância, vale destacar os seguintes dispositivos:

Art. 6º - As aquisições e **contratações previstas no âmbito da Política Estadual de Gestão Estratégica de Suprimentos - GES**, conforme estabelecido Decreto Estadual nº 45.802, de 26 de outubro de 2016, **deverão ser gerenciadas pela** Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - **SEPLAG**, responsável por coordenar a Gestão Estratégica de Suprimentos.

Parágrafo Único - Os extratos de adjudicação e homologação, dos processos licitatórios gerenciados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, na forma do Decreto Estadual nº 45.802, de 26 de outubro de 2016, deverão ser encaminhados para a Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro para fins de registro.

Art. 7º - Os processos enquadrados nos incisos I, II e IV, do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, serão **operacionalizados integralmente por seu órgão e entidade** e deverão ser encaminhados à Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro para fins de registro.

Art. 8º - As **adesões as Atas de Registro de Preços** serão **operacionalizados integralmente por seu órgão e entidade** e deverão ser encaminhados à Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro para fins de registro.

Art. 9º - **A Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro será responsável pela operacionalização da fase externa** dos processos licitatórios previstos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, caracterizados na modalidade Pregão Eletrônico através do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, conforme Decreto Estadual nº 46.910, de 24 de janeiro de 2020, **com exceção dos casos previstos nos incisos I, II e IV do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os casos previstos no âmbito da Política Estadual de Gestão Estratégica de Suprimentos - GES, conforme estabelecido Decreto Estadual nº 45.802, de 26 de outubro de 2016, além das adesões as Atas de Registro de Preços.**

§ 1º - **Os órgãos e entidades abrangidos pelo presente Decreto poderão** consultar previamente a Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro sobre a pertinência da operacionalização dos processos licitatórios nas suas respectivas unidades administrativas.

§ 2º - No caso das consultas sobre a realização dos procedimentos licitatórios, a Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro deverá emitir





Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

parecer conclusivo em até 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da solicitação.

§ 3º - Caso a Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro não se manifeste no prazo descrito no § 2º, considerar-se-á como processo a ser conduzido diretamente pelo órgão ou entidade requisitante.

§ 4º - A inércia administrativa da Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro nos casos previstos no § 1º deverá ser apurada através de sindicância administrativa.

[...]

Art. 11 - O órgão ou entidade **solicitante** deverá promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório, em especial:

[...]

VII - Encaminhar os autos do processo licitatório devidamente instruídos à Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro;

[...]

§ 3º - **A Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro poderá reformular exigências e habilitações que possam ferir o caráter competitivo** da licitação pretendida, devidamente justificados.

Art. 12 - Cumpridas as etapas do Art. 11, e verificada a vantajosidade dos preços apresentados, será realizado pela Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro o procedimento licitatório no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, conforme Decreto Estadual nº 46.910, de 24 de janeiro de 2020.

Art. 13 - Finalizado o certame licitatório, e cumpridas as fases recursais previstas, o processo retornará ao órgão e entidade licitante para:

I - Adjudicar o objeto da licitação, observando os critérios estabelecidos pela legislação em vigor;

II - Homologar o resultado do processo licitatório, ratificando os atos adotados pela Central de Compras do Estado do Rio de Janeiro;

III - Promover a celebração do instrumento contratual.

De todo modo, como se trata de simples alteração no edital, a autoridade competente pode legitimamente entender como desnecessária a remessa do presente processo para a SEPLAG.

Por fim, **deve ser revogada a Ata de 03/08/2021** (indexador 20415439 do processo SEI-260005/000037/2021), **de modo que a contagem do prazo de 5 (cinco) dias úteis** previsto no inciso I do art. 109 da Lei federal nº 8.666/1993 **seja iniciada a partir do dia seguinte à publicação na imprensa oficial do Estado.**





CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL
CNPJ 35.834.967/0001-53 INSC.MUN. 1221493-6

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Fundação de Apoio à Escola Técnica
Concorrência Pública nº 002/2021

Na referida *Ata de retomada da sessão, resultado das propostas apresentadas e interposição de recurso*, referindo-se ao edital, a comissão de licitação estampou em fl. 02 que “na forma do item 16.1, as empresas terão o prazo de até 10 de agosto de 2021, de 09h00min às 17:00h, para apresentação do referido recurso no Protocolo Central da FAETEC/PROCEN”.

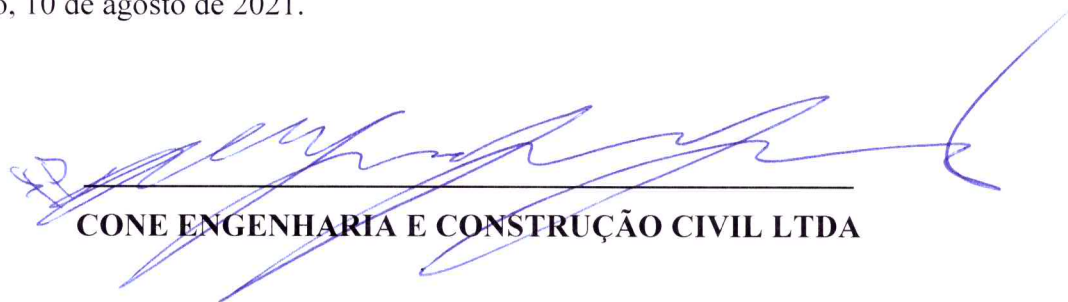
Ocorre que o referido item 16.1 versa apenas acerca do prazo para a interposição de recursos administrativos – que no mais repete a regra do art. 109, I, da lei de licitações, ao passo que, de fato, o sobredito **item 16.4 do Edital estabelece a regra da intimação, que só é excepcionada em caso de presença de todos os licitantes por meio de seus representantes legais ou procuradores.**

Diante do exposto, requer-se:

- (i) **a suspensão da licitação para a sanção do vício do edital quanto ao BDI, com a reapresentação das propostas pelos licitantes habilitados,**
- (ii) e, após tal providência, **a publicação no DOERJ para que os licitantes habilitados sejam intimados da abertura do prazo para apresentação de recursos em face das propostas**

Nestes termos, pede-se deferimento.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2021.


CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

